



ATIVIDADES DE TREINO

Agravos

Prof. Líbero Filho





SUMÁRIO

PEÇA PRÁTICO - PROFISSIONAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO	3
Modelo da Peça Prático-profissional	4
Distribuição de Pontos	6
PEÇA PRÁTICO - PROFISSIONAL - AGRAVO EM RE/RESP	9
Modelo da Peça Prático-profissional	10
Distribuição de Pontos	12
PEÇA PRÁTICO - PROFISSIONAL - AGRAVO INTERNO	14
Modelo da Peça Prático-profissional	15
Distribuição de Pontos	17



PEÇA PRÁTICO - PROFISSIONAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO

VIII EXAME DE ORDEM UNIFICADO - Administrativo. Norberto, brasileiro, desempregado e passando por sérias dificuldades econômicas, domiciliado no Estado "X", resolve participar de concurso público para o cargo de médico de hospital estadual. Aprovado na fase inicial do concurso, Norberto foi submetido a exames médicos, através dos quais se constatou a existência de tatuagem em suas costas. Norberto, então, foi eliminado do concurso, com a justificativa de que o cargo de médico não era compatível com indivíduos portadores de tatuagem.

Inconformado, Norberto ajuizou ação ordinária em face do Estado, de competência de vara comum, com pedido liminar, na qual requereu (i) a anulação do ato administrativo que o eliminou do concurso; e (ii) que lhe fosse deferida a possibilidade de realizar as demais etapas do certame, com vaga reservada.

O juízo de 1ª instância indeferiu o pedido liminar, em decisão publicada ontem, pelos seguintes motivos:

1. Os pedidos de anulação do ato de eliminação e de reserva de vaga não seriam possíveis, pois significariam atraso na conclusão do concurso;
2. A Administração Pública possui poder discricionário para decidir quais são as restrições aplicáveis àqueles que pretendem se tornar médicos no âmbito do Estado, de forma que o autor deverá provar que a decisão foi equivocada.

Diante do exposto, e supondo que você seja o advogado de Norberto, elabore a medida judicial cabível contra a decisão publicada ontem, para a defesa dos interesses de seu cliente, abordando as teses, os fundamentos legais e os princípios que poderiam ser usados em favor do autor. (Valor: 5,0)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

"Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência."



Modelo da Peça Prático-profissional

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO X

Processo Nº:...

AGRAVANTE: Noberto

AGRAVADO: Estado X, por seu procurador, com endereço em...

NOBERTO, devidamente qualificado nos autos da Ação em destaque, que move em face do ESTADO X, por seu advogado que esta subscreve, conforme procuração anexa, com escritório..., endereço que indica para os fins do art. 77, V, do CPC, com base no art. 1.015 do Código de Processo Civil, vem interpor AGRAVO DE INSTRUMENTO em face da decisão interlocutória do respeitável juízo de origem, esperando que seja conhecido e recebido, com base nas razões que passa a expor.

I - DA SÍNTESE DOS FATOS

Após Norberto participar de concurso público para o cargo de médico de hospital estadual e ser aprovado na fase inicial, foi eliminado do concurso após constatação de tatuagem nos exames médicos sob a justificativa que o cargo não era compatível com indivíduos portadores de tatuagem. Inconformado, ajuizou ação ordinária em face do estado solicitando anulação do ato administrativo e participação na fase seguinte do concurso. O juízo de primeira instância indeferiu o pedido liminar alegando que os pedidos iriam atrasar o concurso e que a administração tem poder para decidir quais restrições são aplicáveis aos que desejam se tornar médicos.

II - DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL

Requer a concessão de antecipação de tutela recursal (efeito suspensivo ativo), nos termos do art. 1.019, I, c/c art. 995, p. único, e art. 300, todos do CPC. Ficou demonstrada a concreta presença dos requisitos para a concessão de tutela antecipada em sede recursal.

O Periculum in mora é demonstrado em razão do fato de que a demora na prestação jurisdicional irá acarretar lesão grave e de difícil reparação ao agravante, visto que o agravante não participará das demais fases do concurso. Já o Fumus boni iuris evidência em razão da restrição de acesso ao cargo de médico devido à existência de tatuagem nas costas ser violadora dos princípios da legalidade, do livre acesso aos cargos públicos e/ou dos princípios da proporcionalidade/razoabilidade, tendo em vista que a exigência não tem qualquer relação com o desempenho do cargo pretendido.

III - DO CABIMENTO DO RECURSO



Conforme preceitua o art. 1.015 do Código de Processo Civil, é cabível o uso do Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória do juiz cujo objeto esteja entre os elencados no rol do referido artigo.

Visto que o caso apresenta a negativa de uma tutela provisória, que é uma das hipóteses previstas no rol do Agravo de Instrumento, conforme o Art. 1.015, I, do CPC.

IV - DA COMPETÊNCIA

Compete ao Tribunal de Justiça do Estado X julgar o recurso de agravo de instrumento em face da decisão interlocutória proferida por juízo de 1ª instância, pois é a instância superior competente, na forma do art. 1.016 do CPC.

V – DA LEGITIMIDADE

O autor é legitimado ativo para a propositura da ação, de acordo com o art. 1.015 do CPC, visto que foi prejudicado pela decisão do insigne juiz na decisão interlocutória que indeferiu o pedido liminar.

VI - DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo, tendo em vista que atende ao prazo de 15 (quinze) dias para interposição, conforme estabelecido pelo art. 1.003, §5º, do CPC.

VII - DO PREPARO

Segue anexo o comprovante de preparo, bem como a guia de recolhimento para a interposição do recurso, satisfazendo o requisito do art. 1.007 do CPC.

VIII – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A medida adotada viola o princípio do livre acesso aos cargos públicos que determina que só podem ser exigidos requisitos diferenciados de acesso quando a natureza ou complexidade do cargo a ser ocupado o exigirem.

Por consequência lógica também ocorreu a violação do princípio da legalidade tendo em vista que as restrições de acesso aos cargos e empregos públicos devem estar previstas em lei.

Recorda-se a violação aos princípios da proporcionalidade/razoabilidade, que delimitam o exercício do poder discricionário, tendo em vista que a referida restrição/exigência não tem qualquer relação com o desempenho do cargo pretendido.

Por fim, não há que se falar em prejuízo com o atraso na conclusão do concurso, pois não foi formulado qualquer pedido de suspensão ou interrupção do mesmo, mas tão somente que seja incluído nas demais fases.



IX - DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer:

- O deferimento da tutela de urgência, para conceder efeito suspensivo ativo ao Agravo de Instrumento, com fulcro no art. 1.019, I, c/c art. 995, parágrafo único, bem como dos arts. 300 e 995, parágrafo único, todos do CPC;
- que o presente recurso seja conhecido e provido, reformando-se a decisão agravada, para que o autor possa participar das demais fases do certame, com vaga garantida em caso de aprovação;
- intimação da agravada, para, caso entenda necessário, se manifeste, conforme art. 1.019, II, do CPC;
- A juntada de comprovação do preparo, conforme art. 1.007 do CPC.

Nestes termos, pede deferimento.

Local e data

Advogado, OAB nº...

Distribuição de Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
Endereçamento		
1. Ao Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado X (0,10).	0,00/0,10	
Qualificação das partes		
2. Recorrente (agravante): Noberto (0,10); recorrido (agravado): o Estado X (0,10).	0,00/0,10/0,20	
3. Nome e endereço do advogado do agravante (0,10) e do Procurador do Estado X (0,10).	0,30/0,40	
Cabimento		
4. A decisão interlocutória atacada, que deu razão para a indevida eliminação do candidato, é impugnável por agravo de	0,00/0,40/0,50	



instrumento (0,40), com base no art. 1.015, I, do CPC (0,10).		
Fundamentos		
5. Indicar que o recurso foi interposto dentro do prazo de quinze dias (0,20), conforme o Art. 1.003, § 5º, do CPC (0,10) 6. Viola o princípio do livre acesso aos cargos públicos que determina que só podem ser exigidos requisitos diferenciados de acesso quando a natureza ou complexidade do cargo a ser ocupado o exigirem (0,40). 7. Violação do princípio da legalidade tendo em vista que as restrições de acesso aos cargos e empregos públicos devem estar previstas em lei (0,40). 8. Violação aos princípios da proporcionalidade/razoabilidade, que delimitam o exercício do poder discricionário, tendo em vista que a referida restrição/exigência não tem qualquer relação com o desempenho do cargo pretendido (0,40). 9. Não há que se falar em prejuízo com o atraso na conclusão do concurso, pois não foi formulado qualquer pedido de suspensão ou interrupção do mesmo, mas tão somente que seja incluído nas demais fases (0,40).	0,00/0,20/0,30 0,70/1,10/1,50 1,90	
Tutela de Urgência		
10. No mérito recursal, deve ser alegada a presença dos requisitos legais necessários ao deferimento e manutenção da tutela de urgência (0,30), previstos no Art. 300, caput, do CPC (0,10).	0,00/0,30/0,40 0,80/1,20	



11. Presença da probabilidade do direito do autor (agravado) em razão da restrição de acesso ao cargo de médico devido à existência de tatuagem nas costas ser violadora de diversos princípios (0,40). 12. Presença do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo que é demonstrado em razão do fato de que a demora na prestação jurisdicional irá acarretar lesão grave e de difícil reparação ao agravante, visto que o agravante não participará das demais fases do concurso (0,40).		
Pedidos		
13. Seja dado provimento ao agravo, reformando-se a decisão agravada (0,40), para que o autor possa participar das demais fases do certame, com vaga garantida em caso de aprovação (0,20). 14. Intimação do agravado (0,20).	0,00/0,40/0,60 0,80	
Fechamento		
13. Local..., Data..., Advogado...e OAB... (0,10)	0,00/0,10	



Palavras-chave (procure no índice)

AGRAVO DE INSTRUMENTO

PRINCÍPIO



PEÇA PRÁTICO - PROFISSIONAL - AGRAVO EM RE/RESP

O Estado ABC instituiu uma nova tarifa de cobrança de tributos, Juliette, inconformada com a instituição da tarifa, procurou advogado que disse que a instituição da tarifa não era da competência do Estado, e estava violando a constituição. Entrando com a ação cabível, seu pedido foi denegado, já em grau de recurso, em razão do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado ABC, que entendeu ser constitucional e aplicou a Lei Estadual 51/2022, que foi contestada em face de dispositivo da Constituição Federal de 1988, interpôs Recurso Extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal. hoje foi publicada uma decisão proferida pelo Presidente do referido Tribunal recorrido que inadmitiu o seu recurso, sob o fundamento de que os requisitos para o RE não estavam presentes e que nem tampouco o fundamento alegado era plausível. Sabendo que a decisão está equivocada, na qualidade de advogado de Juliette, aponte a peça cabível. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

*“Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”



Modelo da Peça Prático-profissional

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO...

Processo N°:...

JULIETTE, já qualificado nos autos do processo de número em epígrafe (colocar a qualificação se o enunciado mencionar alguma), que move em face do ESTADO ABC, por seu advogado que esta subscreve, conforme procuração anexa, com escritório..., endereço que indica para os fins do art. 77, V, do CPC, com base no art. 1.042 do Código de Processo Civil, vem interpor AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO em face da decisão do Presidente deste tribunal que negou seguimento ao Recurso Extraordinário, esperando que seja recebido e, depois de cumpridas as formalidades processuais necessárias, sejam os autos remetidos ao Supremo Tribunal Federal.

Nestes termos, pede deferimento.

Local... e data...

Advogado..., OAB n°...

Razões recursais

AO JUÍZO DA PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

AGRAVANTE: Juliette

AGRAVADO: Estado ABC, por seu procurador, com endereço em...

Processo N°:...

Das Razões de Recurso

I - DA SÍNTESE DOS FATOS

Após o Estado ABC instituir uma tarifa de cobrança de tributos que não era de competência do Estado e foi instituída em confronto à Constituição, Juliette decidiu questionar a decisão através da ação cabível. O pedido foi denegado, inclusive em grau de recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado ABC - que entendeu que a nova tarifa era constitucional. Indignada, Juliette interpôs Recurso Extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal, que foi inadmitido pelo Presidente do Tribunal sob a alegação de ausência dos requisitos.

II - DO CABIMENTO

Conforme preceitua o art. 1.042 do Código de Processo Civil, é cabível o uso da do Agravo quando se pretende questionar uma decisão que negou seguimento ao



Recurso Extraordinário para julgamento perante o Supremo Tribunal Federal - o que aconteceu no caso em tela.

III - DA COMPETÊNCIA

Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar o Recurso Extraordinário, conforme art. 102, III, da CRFB/88.

IV - DA LEGITIMIDADE

O Recorrente é legitimado para interpor recurso, de acordo com o art. 996 do CPC, visto que foi prejudicado pela decisão monocrática que negou o prosseguimento do Recurso Extraordinário.

V - DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo, tendo em vista que atende ao prazo de 15 (quinze) dias para interposição, conforme estabelecido pelo art. 1.003, § 5º, do CPC.

VI - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O presente recurso é cabível na medida em que o Recurso Extraordinário é o recurso utilizado para questionar a decisão do Tribunal de Justiça que julgou válida lei estadual contestado em face de Constituição Federal., conforme o Art. 102, III, “c”, da CF/88.

Sendo o recurso barrado indevidamente para julgamento perante o Supremo Tribunal Federal em razão do juízo de admissibilidade, deve ser usado o Agravo a fim de que seja destravado o Recurso Extraordinário e direcionado ao tribunal superior para análise.

A instituição da nova tarifa é indevida em razão da competência da União para legislar, com base no Art. 153 da CRFB.

Foi violado o princípio da legalidade em razão do desrespeito aos critérios estipulados na legislação federal, conforme o Art. 5º, II, da CRFB/88.

Ademais, é importante recordar que o princípio da legalidade deve ser aplicado à toda administração pública com base no Art. 37 da CRFB/88, bem como todos os demais princípios elencados no caput.

VII - DOS PEDIDOS

Face ao acima exposto, o agravante requer:

a) Que seja reconhecida a procedência do presente recurso na forma do Art. 1.042 do CPC para que o Recurso Extraordinário seja direcionado para julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, sendo ao final julgado procedente para invalidar a legislação municipal que afronta a legislação federal.



Nestes termos, pede deferimento.

Local e data

Advogado, OAB nº...

Distribuição de Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
Endereçamento		
1. Peca de interposição - deve ser endereçado ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal Justiça do Estado ABC (0,10). 2. Razões Recursais - deve ser endereçado ao Supremo Tribunal Federal (0,10)	0,00/0,10/0,20	
Qualificação das partes		
3. Recorrente (agravante): Juliette (0,10); recorrido (agravado): o Estado ABC (0,10). 4. Nome e endereço do advogado do agravante e do Estado ABC (0,10).	0,00/0,10/0,20 0,30	
Cabimento		
4. Conforme preceitua o art. 1.042 do Código de Processo Civil (0,10), é cabível o uso da do Agravo quando se pretende questionar uma decisão que negou seguimento ao Recurso Extraordinário (0,40).	0,00/0,10/0,50	
Fundamentos		
5. Tempestividade: Indicar que o recurso foi interposto dentro do prazo	0,00/0,30/0,40 0,90/1,00/1,70	



de quinze dias (0,30), conforme o Art. 1.003, § 5º, do CPC (0,10)	1,80/2,20/2,30 2,70/2,80	
6. Cabimento do Recurso Extraordinário (0,50), previsto no Art. 102, III, “c”, da CF/88 (0,10).		
7. Competência da União para legislar (0,70), Art. 153 da CRFB (0,10)		
8. Princípio da legalidade (0,40) CRFB, Art. 5º, II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (0,10)		
9. Aplicação do princípio da legalidade aplicado à administração pública (0,40) CRFB, Art. 37, caput, (0,10).		
Pedidos		
10. Que seja reconhecida a procedência do presente recurso (0,40) na forma do Art. 1.042 do CPC (0,10) para que o Recurso Extraordinário seja direcionado para julgamento perante o Supremo Tribunal Federal (0,40), sendo ao final julgado procedente para invalidar a legislação estadual que afronta a Constituição Federal (0,20).	0,00/0,40/0,50 0,90/1,10	
Fechamento		
13. Local..., Data..., Advogado...e OAB... (0,10)	0,00/0,10	



Palavras-chave (procure no índice)

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL OU EXTRAORDINÁRIO

COMPETÊNCIA

UNIÃO

PRINCÍPIOS



PEÇA PRÁTICO - PROFISSIONAL - AGRAVO INTERNO

O Partido Político Grifinória inconformado com a edição da Lei Federal 588/2021, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Após tempos de espera de alguma ação do relator, foi publicada hoje uma decisão, indeferindo liminarmente a petição inicial, sendo alegado pelo relator que está a ADI inepta. O departamento jurídico do Partido Grifinória analisou a petição e não constatou a inépcia alegada. O departamento jurídico direciona a você, advogado, a tarefa de impugnar a decisão do relator, da maneira cabível. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

“Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”



Modelo da Peça Prático-profissional

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Processo N°:...

AGRAVANTE: Partido Grifinória

AGRAVADO: Congresso Nacional

PARTIDO GRIFINÓRIA, já qualificado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade de número em epígrafe, que move em face do CONGRESSO NACIONAL, por seu advogado que esta subscreve, conforme procuração anexa, com escritório..., endereço que indica para os fins do art. 77, V, do CPC, com base no art. 1.021 do Código de Processo Civil, vem interpor AGRAVO INTERNO em face da decisão monocrática do relator deste Tribunal, esperando que seja conhecido e recebido juízo de retratação na forma do art. 1.021, §2º, do CPC ou, depois de cumpridas as formalidades processuais necessárias, sejam os autos remetidos ao Plenário para julgamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Local... e data...

Advogado..., OAB n°...

Razões recursais

AO JUÍZO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

AGRAVANTE: Partido Grifinória

AGRAVADO: Congresso Nacional

Das Razões de Recurso

I – DA SÍNTESE DOS FATOS

Após ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei Federal 588/2021, o Partido Político Grifinória recebeu a notícia de que a petição inicial foi indeferida liminarmente sob alegação de que a ADI era inepta. Entendendo ser indevida a decisão, o Partido decidiu interpor o devido agravo.

II - DO CABIMENTO DO RECURSO

Conforme preceitua o art. 1.021 do Código de Processo Civil, é cabível o uso da do Agravo quando se pretende questionar uma decisão monocrática de relator que



julgou liminarmente ADI. Tal previsão está inscrita no Art. 4º, parágrafo único, da Lei 9.868\99. Visto que o relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade impediu o prosseguimento da ação, é plenamente cabível a interposição do Agravo Interno.

III - DA COMPETÊNCIA

O órgão colegiado - plenário do Supremo Tribunal Federal é o competente para julgar o presente Agravo Interno com vistas a analisar a Ação Direta de Inconstitucionalidade barrada pelo referido relator, conforme competência do art. 102, I, "a", da CRFB/88 e art. 1.021 do CPC.

IV - DA LEGITIMIDADE

Conforme preceitua o art. 996 do CPC, a parte vencida é parte legítima para interpor o Recurso de Agravo Interno, portanto, o recorrente é legítimo visto que sua ação direta de inconstitucionalidade não foi conhecida monocraticamente.

V - DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo, tendo em vista que atende ao prazo de 15 (quinze) dias para interposição, conforme estabelecido pelo art. 1.003, § 5º, do CPC.

VI – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A Ação Direta de Inconstitucionalidade é cabível para questionar a legislação federal 588/2021, visto que é a ação usada para analisar a constitucionalidade de lei federal, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal, conforme o art. 102, I, "a", da CRFB/88 e a Lei 9.868\99.

O Agravo Interno pode ser usado dentro do controle de constitucionalidade, visto que da decisão do relator em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade que indeferir a petição inicial de forma liminar (sob o argumento de que é inepta, manifestamente improcedente ou não fundamentada) é cabível o Agravo Interno, com fulcro no Arts. 4º da Lei 9.868\99.

VII - DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer:

a) que o recurso seja conhecido e provido para que se conheça e se proceda ao julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada originariamente por este agravante.

Nestes termos, pede deferimento.

Local e data

Advogado, OAB nº...



Distribuição de Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
Endereçamento		
1. Peça de interposição - O recurso de Agravo Interno deve ser endereçado ao Ministro Relator do STF (0,10). 2. O recurso de Agravo Interno deve ser endereçado ao Supremo Tribunal Federal (0,10)	0,00/0,10/0,20	
Qualificação das partes		
3. Recorrente (agravante): Partido Grifinória (0,20); Recorrido (agravado): Congresso Nacional (0,20).	0,00/0,20/0,40	
Cabimento		
4. Conforme preceitua o art. 1.021 do Código de Processo Civil (0,10), é cabível o uso da do Agravo quando se pretende questionar uma decisão monocrática de relator que julgou liminarmente ADI (0,60).	0,00/0,10/0,70	
Fundamentos		
5. Tempestividade: Indicar que o recurso foi interposto dentro do prazo de quinze dias (0,40), conforme o Art. 1.003, § 5º, do CPC (0,10). 6. Cabimento da ADI (0,70), prevista na lei 9868/99 (0,10), e art. 102, I, a, da CRFB/88 (0,10). 7. Agravo Interno em uma situação dentro do controle de constitucionalidade (0,60), visto que da decisão do relator em sede de	0,00/0,40/0,50 1,20/1,30/1,40 2,00/2,50/2,60	



Ação Direta de Inconstitucionalidade que indeferir a petição inicial de forma liminar (sob o argumento de que é inepta, manifestamente improcedente ou não fundamentada) é cabível o Agravo Interno (0,50) com base no Art. 4º, da Lei 9.868\99 (0,10).		
Pedidos		
10. Reconsideração da decisão agravada (0,30) na forma do art. 1.021, § 2º (0,10), ou que encaminhe o presente para o órgão colegiado competente para fins de julgamento (0,40). 11. Provimento, para que se conheça e se proceda ao julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada originariamente (0,20).	0,00/0,30/0,40 0,80/1,00/1,20	
Fechamento		
12. Local..., Data..., Advogado...e OAB... (0,10)	0,00/0,10	



Palavras-chave (procure no índice)

AGRAVO INTERNO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE